



Instituto de
Estudos Avançados
em Catolicismo
& Globalização

IEAC
GO

QUANDO AS RELIGIÕES SE ENCONTRAM

Francesco Villano

Uma vez, um amigo, conhecendo os meus interesses e âmbitos de estudo, pediu-me para lhe explicar, brevemente, o que é e de que trata o diálogo inter-religioso. Para começar a responder-lhe, utilizei a metáfora de uma grande mesa à volta da qual estavam sentados os expoentes das diversas fés. Disse-lhe: à volta desta mesa estão homens e mulheres que creem, cada um de modo diferente, mas que apesar disso aceitaram sentar-se junto de quem pensa e crê de modo completamente diferente. Não há hostilidade, não há atrito, e isto já é um grande resultado porque no passado, em nome da própria religião, da própria fé, se combateram as guerras mais cruéis! Massacrámo-nos reciprocamente em nome do próprio Deus. Dizer que isto já não acontece no mundo é uma ilusão, mas, de modo particular no último século, deram-se passos de gigante no sentido de um conhecimento e de recíproco reconhecimento entre as diferentes fés. Não é que estar sentados à mesma mesa anule as diferenças. De modo nenhum! Pelo contrário, exalta-as. Mas, ao mesmo tempo, faz emergir os muitíssimos pontos em comum que as caracterizam, pelo que, ainda que não seja possível chegar a uma partilha dos diversos núcleos teológicos, o que aliás não é nada desejável, porque a verdadeira riqueza está no encontro das diferenças e em todo o caso os sincretismos não servem a ninguém, a verdadeira tensão do encontro está em tomar consciência de que todos fazemos parte da mesma família humana e que podemos fazer juntos muitíssimas coisas para o seu crescimento.

Por isso, nos levantámos daquela mesa e todos juntos nos tornámos confiantes peregrinos da história, conscientes do facto que, amanhã, numa síntese futura, ou se quisermos, no

abraço do Pai, que ninguém exclui, encontraremos respostas ao porquê das nossas atuais diferenças teológicas.

Com esta premissa, podemos começar.

Para compreender o caminho percorrido, na relação da Igreja com as outras religiões, é oportuno partir da declaração do Concílio de Florença (1442) onde se afirmava que aqueles que não eram cristãos iriam para o fogo eterno se antes de morrer não se tivessem unido à Igreja; conceito reafirmado no século XIX por Pio IX (*Syllabus*, 8.12.1864). A grande viragem nas relações entre o Ocidente cristão e as outras civilizações deu-se com a chegada da modernidade, ao surgir o interesse científico (e já não apenas apologético e missionário) pelas outras culturas, e, portanto, também pelas orientais. No final dos anos trinta do século passado, o cardeal Tisserant, um fino orientalista com um forte sentido geopolítico, levou a congregação vaticana da Propaganda Fide, e a das Igrejas orientais, a lançarem um inquérito entre todos os bispos católicos, que viviam em contato com maiorias ou minorias islâmicas, sobre o modo de fazer missão e de conviver. A resposta foi unânime: a missão é inútil, mais ainda, é possível conviver se renunciarmos a ela. No Vaticano levantaram-se interrogações sobre estas respostas, e através de um trabalho complexo, onde houve forte influência dos orientalistas católicos, chegou-se a elaborar a teologia do diálogo, que é a expressão da adaptação do catolicismo ao convívio inter-religioso. Entre estes orientalistas, quero recordar as figuras pioneiras de Luís Massignon (1883-1962) para o mundo islâmico, cuja ação aprofundaremos seguidamente, e Júlio Monchanin (1895-1957) para o indiano, fundador do célebre *ashram* hindu-cristão de Shantivanam, na Índia meridional. A obra deste último foi continuada pelo monge bretão Henry Le Saux e, depois, pelo inglês Bed Griffiths. O grande teólogo Raimon Panikkar seguiu muito de perto os eventos desta comunidade profética, ainda vibrante, em solo indiano. Antes de encerrar este parêntese quero recordar o fundamental papel do diálogo intermonástico no âmbito do diálogo cristão-budista. Voltando à teologia do diálogo, é obrigatório sublinhar que esta posição foi exaltada pelo fundamental e decisivo contributo do historiador hebreu francês Jules Isaac, autor, entre outros, de um dos textos mais importantes de toda a cultura do século XX: *Jesus e Israel*, em que, com grande lucidez, são analisados os elementos característicos do secular antijudaísmo da Igreja católica. Entre outras coisas é da sua intuição que nascem as Amizades Judaico-Cristãs, a primeira das quais em 1948, em Lião, na França. Seguidamente, o encontro em Veneza, indubitavelmente suscitado por obra do Espírito Santo, entre o historiador francês e a senhora Maria Vingiani, uma mulher de ação profética, foi decisivo para o começo de um percurso virtuoso que na sua realização viu o outro tanto basilar contributo do cardeal Bea.

Todo este fermento foi plenamente acolhido e assumido pela grande intuição do papa João XXIII, e irá afirmar-se completamente no Concílio Vaticano II (1962-1965). O Concílio começou com João XXIII e concluiu-se com Paulo VI. Impressiona que tanto o papa João XXIII como Jules Isaac tenham deixado este mundo em 1963, a pouca distância um do outro.

Com este Concílio, mudará completamente a atitude na relação com as outras religiões. Antes de mais, no documento *Nostrae Aetate* (Declaração sobre a relação entre a Igreja e as outras religiões, de 28 de outubro de 1965), declara-se: “A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, «caminho, verdade e vida» (Jo 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas (4).

Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores sócio culturais que entre eles se encontram.”

No que diz respeito aos judeus, entre outras coisas, afirma: “Sendo assim tão grande o património espiritual comum aos cristãos e aos judeus, este sagrado Concílio quer fomentar e recomendar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os diálogos fraternos. Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes tenha urgido a condenação de Cristo à morte (13) não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na sua paixão se perpetrou. E embora a Igreja seja o novo povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura.”

Quanto ao Islão, o documento afirma: “A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus Único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra (5), que falou aos homens e a cujos decretos, mesmo ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta, e honram Maria, sua mãe virginal, à qual por vezes invocam devotamente.

Esperam pelo dia do juízo, no qual Deus remunerará todos os homens, uma vez ressuscitados. Têm, por isso, em apreço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum.”

Quanto às religiões orientais: “No Hinduísmo, os homens perscrutam o mistério divino e exprimem-no com a fecundidade inexaurível dos mitos e os esforços da penetração filosófica, buscando a libertação das angústias da nossa condição quer por meio de certas formas de ascetismo, quer por uma profunda meditação, quer, finalmente, pelo refúgio amoroso e confiante em Deus.” [...] “No Budismo, segundo as suas várias formas, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável, e propõe-se o caminho pelo qual os homens, com espírito devoto e confiante, possam alcançar o estado de libertação perfeita ou atingir, pelos próprios esforços ou ajudados do alto a suprema iluminação.” [...] Em geral: “De igual modo, as outras religiões que existem no mundo procuram de vários modos ir ao encontro das inquietações do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e normas de vida e também ritos sagrados.”

Portanto, reconhece-se que nas outras religiões há homens e mulheres que procuram sinceramente a Deus e se esforçam por cumprir a sua vontade. As religiões, portanto, são consideradas uma etapa preparatória para o acolhimento do Evangelho.

Na *Lumen gentium* (promulgada a 21.11.1964; primeiro documento eclesial na história a conter um número sobre os não-cristãos), no número 16, afirma-se: “Os não-cristãos podem salvar-se pela Graça se seguirem uma conduta reta e procurarem o bem”.

De outros dois documentos conciliares, *Gaudium et spes* e *Ad gentes* (ambos promulgados a 7.12.1965), são importantes os textos dos números 22 e 7 respetivamente, onde se diz que todo o homem participa do mistério pascal.

No Pentecostes de 1964 (19 de maio), Paulo VI – que em janeiro viajara à Terra Santa, sendo o primeiro Papa a fazer uma viagem ao estrangeiro – instituiu o Secretariado para as Relações com os Não-Cristãos, depois chamado, por João Paulo II, Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. O Pontifício Conselho envia todos os anos uma mensagem aos responsáveis das maiores religiões mundiais (Islão, Budismo e Hinduísmo). A sua ação é caracterizada pelo “falar e escutar, dar e receber, para o mútuo desenvolvimento e enriquecimento. Trata-se de um diálogo que é testemunho da própria fé, mas ao mesmo tempo abertura à dos outros. Não é uma traição à missão da Igreja, e nem sequer um novo método de conversão ao Cristianismo. A 6 de agosto, do mesmo ano, é promulgada a

Encíclica *Ecclesiam suam*, a chamada encíclica do diálogo entre a Igreja e o mundo moderno, onde se parte do facto de que a maioria dos povos do mundo não foram tocados pela mensagem cristã (os não-crentes e outras religiões). O horizonte teológico que se abre com esta nova atitude é o do “Reino de Deus”, ponto ómega da história para o qual todos somos peregrinos. O outro fundamento desta nova orientação é a declaração conciliar sobre a liberdade religiosa: *Dignitatis humanae* (7.12.1965). Afirma-se a doutrina da inviolabilidade de consciência, apoiando-se no ensinamento de Santo Tomás sobre o respeito da consciência ainda que errónea (*Summa Theologica*), o qual, referindo-se ao Pseudo-Ambrósio, declara que: “*quidquid verum a quocumque dicitur a Sancto Spiritu dicitur*” (tudo o que de verdadeiro é dito por alguém é dito pelo Espírito Santo).

O magistério pós-conciliar continuou a aprofundar os temas inerentes ao diálogo inter-religioso. Na Encíclica *Redemptoris missio* (1990), no número 5, João Paulo II, referindo-se ao papel que as religiões têm no plano de salvação de Jesus Cristo, afirma que, na única mediação de Cristo, podem existir diversas mediações, as outras religiões, que participam da Graça e do Espírito de Jesus Cristo. No número 28, diz-se: “A presença e a atividade do Espírito não tocam apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões”. Portanto, as outras religiões são caminhos de salvação, não por si mesmas, mas em virtude da presença, nelas, da graça de Jesus Cristo.

O documento *Diálogo e Anúncio* (1991), do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e da Congregação para a Evangelização dos Povos, constitui o texto mais avançado em matéria de diálogo. Parte-se do reconhecimento de que “os cristãos não devem esquecer que Deus também se manifestou de algum modo aos seguidores de outras tradições religiosas. Por isso, serão chamados a considerar os valores dos outros com abertura” (48).

Com efeito, já em novembro de 1986, a Federação das Conferências Episcopais da Ásia tinha declarado: “As religiões têm o dom de uma autêntica experiência da ajuda da autocomunicação da divina Palavra e da presença salvífica do Espírito Santo”. Deste modo, ultrapassa-se a conceção que vê as religiões não-cristãs como um percurso de procura que apenas e unicamente vai do homem para Deus, enquanto só na revelação cristã há comunicação de Deus ao homem. Com efeito, defende-se que também nas outras religiões existe uma manifestação de Deus, uma sua revelação. E mais uma vez se reafirma que “o objetivo do diálogo inter-religioso é uma conversão mais profunda de todos a Deus”, e que “o diálogo sincero supõe, por um lado, a aceitação recíproca da existência de diferenças, ou mesmo de contradições, e por outro lado, o respeito pela livre decisão que as pessoas tomam

em conformidade com a sua consciência” (42). “Só no respeito pelas diferenças é possível que cada um, não só revele ao outro a sua verdade, mas aprenda e receba do outro” (17). “Os cristãos devem aceitar ser postos em discussão. Com efeito, malgrado a plenitude da revelação de Deus em Jesus Cristo, por vezes, o modo como os cristãos compreendem a sua religião e a vivem pode precisar de purificação” (32); “a verdade não é algo que possuímos, mas uma pessoa pela qual nos devemos deixar possuir. Trata-se, pois, de um processo sem fim. Embora mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender, receber dos outros, e por meio deles, os valores positivos das suas tradições” (49).

Em 2002, na mensagem para a 88.^a Jornada Mundial do Migrante e do Refugiado, João Paulo II, referindo-se à dimensão dialógica, conatural ao ser cristão, entre outras coisas, disse: “É, pois, indispensável que cada um, pertença a que religião pertencer, tenha em conta as inalienáveis exigências da liberdade religiosa e de consciência, como realçou o Concílio Ecuménico Vaticano II (*Dignitatis humanae*, n. 2)”.

Assumindo a reflexão do jesuíta Gamberini, que recorre a uma terminologia espiritual, podemos dizer: “Como Deus se tornou outro de si mesmo, ao fazer-se homem, em virtude do seu ser-outro, isto é, trinitário (Pai, Filho e Espírito Santo), assim o cristão é chamado a descobrir cada dia a sua identidade tornando-se outro de si mesmo. S. Paulo afirma: «fiz-me judeu e pagão» (cf. 1Cor 9,19-22). Não se trata apenas de tolerância ou de respeito pela dignidade do outro. Como Deus se fez homem permanecendo Deus, assim o cristão é chamado a conhecer o outro, a sua tradição espiritual, permanecendo si mesmo. E Frank Whaling (*Christian Theology and World Religions*, 1986) também afirma: «Conhecer a religião implica entrar na pele do outro, ver o mundo como o outro o vê». Assim se instaura um virtuoso movimento hermenêutico. Pelo conhecimento das outras religiões, entrando na tradição espiritual do outro, o cristão compreenderá melhor a sua própria fé, purificando-a de quanto impede ao *partner* do diálogo compreendera de verdade. Por outro lado, hão de emergir com maior clareza as diferenças entre a fé cristã e os outros credos. Desse modo cada um compreenderá a sua própria identidade religiosa não mais de modo exclusivista ou inclusivista, isto é, pela negação da identidade do outro, mas em-relação-ao-outro. A palavra «Deus» torna-se muito ambígua e perigosa entre as religiões, se cada religião nela vê apenas o seu Deus, excluindo o Deus do outro”.

A Declaração *Dominus Jesus* (6.8.2000), redigida pelo então cardeal Ratzinger, depois papa Bento XVI, definiu a correta modalidade dentro da qual se faz o diálogo ecumênico e inter-religioso.

O papa Francisco, na *Evangelii gaudium* (24.11.2013), nos números 250 e 251, afirma: “Este diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos e também para outras comunidades religiosas.” E ainda: “Neste diálogo, sempre afável e cordial, nunca se deve descuidar o vínculo essencial entre diálogo e anúncio...”.

Finalmente, a 19 de maio de 2014, foi publicado o documento do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso *Diálogo em verdade e caridade. Orientações pastorais para o diálogo inter-religioso*, em que são, mais uma vez, delineadas e sugeridas as linhas mestras para um correto diálogo.

No último Sínodo dos Bispos do Médio Oriente, o arcebispo Orlando Quevedo, então secretário-geral da Federação dos Bispos Asiáticos, disse:

“A Igreja local é uma Igreja encarnada num povo, uma Igreja indígena e inculturada. Isto significa concretamente uma Igreja em permanente, humilde e amoroso diálogo com as tradições vivas, as culturas, as religiões – em suma, com todas as realidades da vida dos povos no meio dos quais lançou raízes profundamente e das quais assumiu a história e a vida. Com a inserção do Evangelho nas tradições religiosas, as religiões asiáticas foram introduzidas num diálogo vivo com o Evangelho, de tal modo que, nelas, as sementes da Palavra possam chegar ao pleno florescimento e frutificar na vida dos nossos povos. Na Ásia, nós somos um «pequeno rebanho», menos de 3% em mais de três bilhões de asiáticos. Uma vez que, em muitos lugares da Ásia, onde não há liberdade religiosa, o único modo de proclamar o Senhor é dar testemunho dele por meio de uma silenciosa, mas profundamente fiel vida cristã, que nos leva a enfrentar seriamente os grandes desafios pastorais que temos diante pela frente na Ásia: o fenómeno da migração, que por vezes é chamado a nova escravidão, o impacto negativo da globalização económica e cultural, a questão das alterações climáticas, as instâncias do extremismo religioso, da injustiça e da violência, a liberdade religiosa e os problemas biogenéticos que ameaçam a vida humana no seio materno desde a conceição até à morte natural”.

O diálogo de João Paulo II

Com o papa João Paulo II, o diálogo com as outras religiões assinalou etapas fundamentais, que já são história. O ano de 1986 foi extraordinário. A 13 de abril, pela primeira vez na história, um Papa foi visitar uma sinagoga, a da comunidade judaica de Roma. A 27 de outubro 1986 houve uma outra novidade memorável: o histórico encontro inter-religioso de Assis, à volta do tema da Paz, que abriu infinitos horizontes no encontro entre todas as religiões do mundo. Em dezembro do mesmo ano, o Papa, voltando a refletir sobre a presença de uma autêntica experiência religiosa nas outras religiões, pareceu ter selado tudo o que se tinha dito e feito no decurso do ano, quando, ao dirigir-se à Cúria Romana, disse: “Toda a oração autêntica é movida pelo Espírito Santo”.

Doze anos depois, na quarta-feira 10 de setembro de 1998, o Papa reafirmou e clarificou novamente este conceito: “Não é raro que na origem das diversas religiões encontremos fundadores que realizaram, com o auxílio do Espírito de Deus, uma profunda experiência religiosa. Transmitida a outros, essa experiência tomou forma nas doutrinas, nos ritos e nos preceitos das várias religiões”.

João Paulo II amou profundamente a Índia. Em 1986, na sua primeira viagem, andou pelo país demorada e largamente, visitando, entre outras cidades, Deli, Mumbai e Calcutá; nesta última cidade, também rezou diante do monumento do Raj Ghat, dedicado ao Mahatma Gandhi, por ele definido: “um grande apóstolo da não-violência”. Para entrar na área monumental, em sinal de respeito, tirou os chinelos, aproximando-se depois do monumento onde depôs uma coroa de flores brancas e amarelas, lançando, segundo a tradição hindu, pétalas de rosa.

Na Ásia, com exceção da China, esteve em todo o lado. A 26 de março de 2000, em Jerusalém, durante uma viagem a Israel, deteve-se a rezar junto ao Muro das Lamentações, depondo nela uma oração com o pedido de perdão por aquilo que os cristãos fizeram no decurso da história em relação aos judeus. A 6 de maio de 2001, mais uma vez como primeiro Papa na história, entrou numa mesquita, a celeberrima Mesquita dos Omíadas, em Damasco, para rezar junto das relíquias de S. João Batista, que aí estão guardadas. A partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, cresceu o interesse e, sobretudo, a preocupação por tudo o que diz respeito ao Islão. João Paulo II, de acordo com uma prática que marcou todo o seu pontificado, no que se refere ao diálogo com todas as religiões presentes no Ecumene e, de modo particular com as outras religiões abraâmicas, quis imediatamente fazer ouvir a sua voz, reafirmando em todas as ocasiões a necessidade de

distinguir um Islão autêntico, que recusa toda a forma de fanatismo religioso, contempla o Mistério e está atento às necessidades do próximo, de um outro Islão violento que, pelo contrário, profana o nome de Deus e não respeita o homem. Marcou, para o dia 14 de dezembro 2001, um dia de oração e jejum, na conclusão do Ramadão, como apelo à partilha, à conversão e à paz. A 24 de janeiro de 2002, o Papa foi a Assis com os representantes de outras religiões para uma oração inter-religiosa de apoio à paz entre as religiões. Aquele que vos fala estava presente.

Cristianismo e Islão

Querendo recordar as etapas mais significativas que caracterizaram o seu diálogo com o Islão, devemos remontar, antes de mais, a agosto de 1985, quando, no estádio de Casablanca encontrou, a convite do rei de Marrocos, uma multidão de jovens muçulmanos, aos quais disse, entre outras coisas: “Acredito que nós, cristãos e muçulmanos, devemos reconhecer com alegria os valores religiosos que temos em comum e dar graças a Deus por eles... A lealdade exige, todavia, que reconheçamos e respeitemos as nossas diferenças... há aqui um mistério, sobre o qual Deus, um dia, nos há de iluminar, estou certo”. Durante a histórica visita à principal mesquita de Damasco, o Papa reafirmou que: “Uma melhor compreensão recíproca certamente levará, a nível prático, a um novo modo de apresentar as nossas duas religiões, não em oposição, como aconteceu demasiadas vezes no passado, mas em colaboração para bem da família humana”. A 24 de setembro de 2001, em Astana, durante a sua viagem ao Cazaquistão, João Paulo II reafirmou o respeito da Igreja católica pelo Islão, o autêntico Islão, que reza e sabe ser solidário com quem precisa.

Com os seus sucessores, o papa Bento XVI – visita à sinagoga, em Roma (17.1.2010), e à mesquita, em Istanbul (30.11.2006) e Amã (9.5.2009) – e o papa Francesco – visita à sinagoga, em Roma (17.1.2016), e à mesquita, em Istanbul (29.11.2014), na República Centro Africana (30.11.2015) e em Baku (2.10.2016) – o diálogo, obviamente, continuou e está a registar outras etapas significativas, ainda que o contexto político, social e económico mundial, estando em rápida evolução, crie sempre inéditas problemáticas.

Exatamente por isto, e pela grande relevância que têm nos dias de hoje as relações entre o Cristianismo e o Islão, é bom fazer um breve, mas necessário, aprofundamento histórico. Desde que apareceu no cenário da história, o Ocidente cristão sempre procurou, em vão, conhecer com exatidão e avaliar com equidade a civilização oriental. Desde a sua

manifestação, ela foi a grande rival do Cristianismo, que, apenas três séculos antes, tinha vencido o paganismo greco-romano, impondo-se como única fé em todo o mundo antigo. Esta nova fé, embora monoteísta, mas totalmente outra, no que se refere aos pontos fundamentais do credo cristão (mistério Trinitário, divindade de Jesus e mistério pascal), surgida nos desertos da Arábia e difundida no Próximo Oriente e na África do Norte, com grande rapidez, tinha-se ido estabelecer lá onde o Cristianismo tinha surgido, ameaçando Bizâncio e Roma. A grande viragem nesta atitude antagonista aconteceu, como já vimos, com o nascimento da moderna civilização ocidental e, contemporaneamente, numa mudança de métodos e horizontes na própria apologética cristã e católica, que visou realçar, a respeito do mundo do Islão, o que a ele nos une, não menos do que o que dele nos divide; a acentuar a comum raiz monoteísta-abraâmica tanto tempo desconhecida e a valorizar os contactos e influências, também religiosos, entre as duas civilizações.

Podemos, neste ponto, esboçar claramente duas linhas de desenvolvimento na relação histórica entre o Islão e o Cristianismo: uma conflitual e outra conciliadora. No princípio, a expansão islâmica pareceu incontrolável e o império bizantino, em particular, teve de pagar, pouco a pouco, preços cada vez mais elevados pelo avanço dos muçulmanos, até à definitiva capitulação em 1453, quando Constantinopla foi conquistada pelos otomanos, que lhe mudaram o nome para Istanbul. A Europa foi assim dividida em duas zonas de influência; a parte oriental sob o direto domínio islâmico e a ocidental em permanente estado de alerta, se não em beligerância verdadeira e própria. Este equilíbrio precário só se estabilizou depois da batalha de Lepanto, a 7 de outubro de 1571, e, ainda mais, depois da batalha de Viena, a 11 de setembro de 1683, quando a Europa cristã pôs limites definitivos à expansão muçulmana.

Este desenvolvimento antagónico atingiu o seu auge militar nas Cruzadas à Terra Santa e o teológico na declaração do Concílio de Florença (1442). Contemporaneamente, a estes desenvolvimentos ia-se concretizando, em algumas áreas do Mediterrâneo, também uma certa integração e convívio entre os fiéis das duas religiões e culturas, além dos judeus. Referimo-nos, seja à experiência da Espanha islâmica (al-Andaluz) e da Sicília medieval, seja à constituição de Estados cristãos no Médio Oriente, em consequência das primeiras cruzadas, e à islamização de algumas zonas dos Balcãs nos últimos cinco séculos. Com efeito, a longa presença europeia na Terra Santa, além do convívio no Andaluz e na Sicília, consentiu, por meio de uma profunda e vasta contaminação cultural, se não mesmo ao começo, pelo menos a uma formidável aceleração das dinâmicas que haviam de levar a um dos períodos mais fecundos da história ocidental: o Renascimento.

A dívida cultural que o Ocidente cristão latino contraiu com o mundo árabe-islâmico, nestas três áreas do Mediterrâneo, é imperecível! De qualquer modo, esta aproximação dialogante já começara no século IX d.C., no Oriente árabe-cristão, com várias tentativas de diálogo feitas por algumas figuras relevantes da reflexão teológica cristã. Entre essas figuras, recordemos: João Damasceno, Gregório Palamas, Manuel o Paleólogo, Jorge de Trebisonda, Genádio Scholarios II e Timóteo I, da Igreja do Oriente dita nestoriana. Este último chegou a considerar o facto de que Maomé pudesse inserir-se no sulco dos profetas. No Ocidente latino, temos: o papa Gregório VII, Pedro o Venerável, de Cluny, S. Francisco, que provavelmente em 1219 foi a Damietta para encontrar o sultão do Egito assediado pelas tropas cristãs, Raimundo Lúlio e Nicolau de Cusa que queria convocar, para Jerusalém, um concílio de cristãos, judeus e muçulmanos. Entre os mais recentes representantes desta aproximação, recordamos o fundamental contributo de três pioneiros do diálogo islâmico-cristão: Luís Massignon, que citei no início desta minha intervenção, o padre Carlos de Foucauld (1858-1916) e frei João-Maomé (Muhammad Abd al-Jalil-1904-1979). O conhecimento e a consideração da espiritualidade islâmica, particularmente da místico-ascética, mudaram completamente em âmbito cristão, depois dos fundamentais estudos de Massignon, que lhe revelaram a grande consistência e valor, tanto intelectual como espiritual. A grande intuição do padre De Foucauld foi a de considerar a evangelização, não já como dirigida à conversão dos infiéis, mas um instrumento para lhes dar a conhecer o Amor de Cristo. Pelo que diz respeito ao frade franciscano, deve dizer-se que a sua vida apresenta aspetos extraordinários, e, a meu ver, aproxima-se muito da experiência vivida por Edith Stein. João-Maomé nasceu muçulmano, conheceu e estudou o Cristianismo com intenção de melhor o poder refutar, mas encantou-se com ele e converteu-se tomando o hábito franciscano. No pensamento de Abd al-Jalil, o Islão não é um credo ou uma fé a renegar (ficou sempre grato ao Islão por lhe ter aberto as portas do Mistério), mas um itinerário que desemboca no coração da tradição cristã.